



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023  
PROCESSO N.º 002/2023

UASG: 984731

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO-MG**, através de seu setor de Licitações, sediado à Rua Presidente Kennedy, nº 29, Centro, Nova União-MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão: 31/01/2023**

**Horário: 09:30h**

**Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

## 1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada em **Seguros de Veículos Leves** na modalidade **Valor de Mercado Referenciados (VMR) com Franquia conforme termo de referência e Seguros de Veículos pesados** na modalidade **Valor Determinado (VD) com Franquia conforme Termo de referência** para assegurar a frota da Prefeitura de Nova União, com cobertura contra danos materiais, pessoais e a terceiros resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados a terceiros, fenômenos da natureza ou quaisquer outros meios provenientes sem cobrança de franquia e com prestação de assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada POR ITEM, conforme Termo de Referência.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas nas classificações abaixo:

DOTAÇÃO	FICHA	FONTE
02.01.01.04.122.0002.2007.3.3.90.39.00	72	1.500.000.0000
02.02.01.04.122.0003.2010.3.3.90.39.00	102	1.500.000.0000
02.03.01.15.122.0021.2031.3.3.90.39.00	165	1.500.000.0000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

02.04.01.12.122.0005.2042.3.3.90.39.00	240	1.500.000.1001
02.04.01.12.361.0006.2047.3.3.90.39.00	275	1.500.000.1001
02.05.01.10.122.0026.2056.3.3.90.39.00	344	1.500.000.1002
02.05.02.10.304.0030.2074.3.3.90.39.00	417	1.500.000.1002
02.06.01.20.122.0004.2078.3.3.90.39.00	442	1.500.000.0000
02.08.01.08.243.0014.2085.3.3.90.39.00	477	1.500.000.0000
02.08.02.08.241.0014.2095.3.3.90.39.00	533	1.500.000.0000
02.10.01.04.122.0003.2114.3.3.90.39.00	652	1.500.000.0000

2.2. O valor estimado para esta contratação é de **R\$ 154.432,91 (Cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos)**.

### 3. DO CREDENCIAMENTO

2.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**Estado de Minas Gerais**

**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites.

3.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação, ressalvada a hipótese de Recuperação Judicial, desde que o licitante comprove a aprovação do plano de recuperação judicial, conforme orientação contida na decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nos autos do processo de nº 986.583, no Acórdão nº 8271/2011 - TCU - 2ª Câmara e no AREsp 309.867/ES - STJ, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma;

3.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**Estado de Minas Gerais**

**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

- 3.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 3.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

---

## **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

---

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**Estado de Minas Gerais**

**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

---

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

---

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/serviços.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

---

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

---

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

- 6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser no mínimo de **R\$5,00 (Cinco Reais)**.
- 6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado no último um minuto do período de duração da sessão pública.
- 6.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**Estado de Minas Gerais**

**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens/serviços produzidos:

6.26.1. no país;

6.26.2. por empresas brasileiras;

6.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**Estado de Minas Gerais**

**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

6.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

---

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

---

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

7.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**Estado de Minas Gerais**

**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 01 (uma) hora, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

8.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

8.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

- 8.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 8.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 8.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 8.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (uma) hora, sob pena de inabilitação.
- 9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 8.8. **Habilitação jurídica:**
- 8.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 8.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

- 8.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 8.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 8.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## 8.10. Qualificação Econômico-Financeira.

8.10.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata da empresa expedida pelo distribuído da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, datada de no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para a realização da sessão pública do Pregão; OU

8.10.2. A empresa licitante, submetida a processo de recuperação judicial, deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira para assumir o contrato e, neste aspecto, apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique encontrar-se apta, econômica e financeiramente, para participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 8.666/93.

## 8.11. Qualificação Técnica

8.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de, pelo menos, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com objetos iguais ou similares.

8.11.2. **Certidão de regularidade perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em plena validade.**

8.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**Estado de Minas Gerais**

**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

- 8.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

---

## **9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

---

- 9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
  - 9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

---

## 10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de **no mínimo trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

---

## 11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**Estado de Minas Gerais**

**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

---

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

---

## **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

---

## **14. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS/SERVIÇOS**

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens/serviços, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

---

## **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03(três) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**Estado de Minas Gerais**

**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

- 15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

---

## **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

- 16.1. Havendo alteração nos preços dos materiais cotados, os preços registrados poderão ser atualizados, de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o Art. 65, II, da Lei Federal nº 8.666/93 de 21.06.1993.
- 16.2. O fornecedor do Contrato deverá solicitar a atualização dos preços vigentes formalmente ao Município de Nova União, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas ou componentes (anteriores e



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**Estado de Minas Gerais**

**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

próximos à data de apresentação da proposta, e posteriores ao registro) ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados pelo Município.

16.3. Independentemente da solicitação de que trata o item 16.1 e 16.2, a Administração poderá, na vigência do registro, solicitar a redução de preços registrados, garantindo a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação da Ata, devidamente comunicada aos interessados.

16.4. O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado e deverá manter a diferença de percentual apurada entre o preço de custo e o preço originalmente constante na proposta, bem como, o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

16.5. O pedido de atualização dos preços praticados poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

---

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

---

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

---

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

---

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 20.1.3. apresentar documentação falsa;
- 20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.6. não manter a proposta;
- 20.1.7. cometer fraude fiscal;
- 20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**Estado de Minas Gerais**

**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou Unid administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o município descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na Unid administrativa.

20.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante ao município, poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**Estado de Minas Gerais**

**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

20.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

---

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

---

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@novauniao.mg.gov.br**, ou por petição dirigida ou protocolada remetida ao Setor de Licitações, à Rua Presidente Kennedy, 29, Centro, Nova União-MG, Cep. 34.990-000.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

---

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**Estado de Minas Gerais**

**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

FLS: \_\_\_\_\_  
Processo: 002/2023  
Ass: \_\_\_\_\_

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.novauniao.mg.gov.br](http://www.novauniao.mg.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço à Rua Presidente Kennedy, 29, Centro, Nova União-MG, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 16 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta Contratual

Nova União, 10 de janeiro de 2022

**Greiziano Odilon José Melo Dias**

**Chefe do Setor de Compras**



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:**

1.1. Contratação de empresa especializada em **Seguros de Veículos Leves** na modalidade **Valor de Mercado Referenciado (VMR) com Franquia e Seguros de Veículos Pesados** na modalidade **Valor Determinado (VD) com Franquia, conforme Termo de Referência**, para segurar a frota da Prefeitura de Nova União, com cobertura contra danos materiais, pessoais e a terceiros, resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, fenômenos da natureza ou quaisquer outros meios provenientes, com prestação de assistência 24 (vinte e quatro) horas.

**Modalidade:** Pregão Presencial ou Eletrônico.

**2. DESCRIÇÃO DETALHADA:**

**2.1 Dados dos Veículos leves:**

PLACA	CHASSI	MODELO	ANO FAB/MOD	SECRETARIA
<b>GMF-1341</b>	9BRBJ0060T1007673	TOYOTA/BAND. 8J55LP 28L	1996/1996	VIGILÂNCIA SANITÁRIA
<b>GMF8086</b>	9BD17122ZG7571726	FIAT/PALIO FIRE	2015/2016	SAÚDE
<b>GMF8140</b>	9BD17122ZG7579606	FIAT/PALIO FIRE	2015/2016	SAÚDE
<b>HLF4956</b>	9BWAA05U3BT144310	VW/GOL 1.0	2010/2011	SEC. EDUCAÇÃO
<b>HMG8654</b>	8AC9036727A956936	I/M. BENZ313CDI SPRINTER M	2006/2007	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>HMH6897</b>	9BD22315592015671	FIAT/DOBLO RONTAN AMB2	2009/2009	SAÚDE
<b>HMN4811</b>	9BFZE12PX68624395	FORD/ECOSPORT XLS 1.6 FLEX	2006/2006	ADMINISTRAÇÃO
<b>HMN7D08</b>	93W244K2382017169	FIAT/DUCATO COMBINATO	2007/2008	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>HMN9239</b>	9BWMF07X49P009460	VW/KOMBI ESCOLAR	2008/2009	TRANSPORTE ESCOLAR



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

<b>KVX5J77</b>	9BM384078CB863656	M.BENZ/INDUSCAR APACHE U	2012/2012	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>KWB6A26</b>	9BM384078CB863660	M.BENZ/INDUSCAR APACHE U	2012/2012	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>OOY3C44</b>	9BD15822AD6727411	FIAT/UNO MILLE ECONOMY	2012/2013	BOLSA FAMÍLIA
<b>OQC7801</b>	9BWMF07X3EP000954	VW/KOMBI	2013/2014	SAÚDE
<b>ORC8023</b>	93YBSR6RHEJ870368	RENAULT/SANDERO AUT1016V	2013/2014	CONSELHO TUTELAR
<b>ORC9276</b>	93YBSR6RHEJ335736	RENAULT/SANDERO AUT1016V	2014/2014	SAÚDE
<b>PUL5389</b>	9BD223156E2036949	FIAT/DOBLO CAA CIRILO AMB	2014/2014	SAÚDE
<b>PUS8020</b>	9BD578141F7867385	FIAT/STRADA WORKING	2014/2015	OBRAS
<b>PVM8801</b>	93YVE34MCFJ537586	RENAULT/MASTER EUR ESCL2	2014/2015	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>PVY4361</b>	9BD57834UF7945120	FIAT/STRADA WORKIN CD	2015/2015	VIGILÂNCIA SANITÁRIA
<b>PYK7644</b>	9BD341A7NHB418950	FIAT/MOBI EASY ON	2016/2017	BOLSA FAMÍLIA
<b>PYL8395</b>	9BD37417SG5093167	FIAT-WEEKEND ADVENTURE	2016/2016	GABINETE
<b>PZO1692</b>	9BD22315UG2042198	FIAT-DOBLO GREENCAR MO4	2016/2016	SAÚDE
<b>QNQ0528</b>	93PBA3U1AJS500812	MPOLO/VOLARE CINCO ESM	2017/2018	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>QNY1618</b>	8AC906633JE139191	I/M.BENZ 415CDI UNIVIDA A	2017/2018	SAÚDE
<b>RTN5H51</b>	9BD358A1NNYL60192	FIAT/ARGO	2021/2022	SAUDE
<b>RTY2I98</b>	9BD358ACNNYL82640	FIAT ARGO	2022/2022	SAUDE
<b>HEP9625</b>	9C6KE093080026360	MOTOCICLETA XTZ	2007/2008	SAUDE
<b>HMG9544</b>	9C6KE09408002936	MOTOCICLETA XTZ	2007/2008	SAUDE
<b>OPQ8518</b>	94DVCUD40EJ633901	NISSAN FRONTIER	2013/2014	SAUDE
<b>QOI9648</b>	9BD57834FJY251337	FIAT/STRADA HD CD E	2018/2018	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
<b>RFA3G04</b>	9BGCA8030LB191928	CHEVROLET/MONTANA	2020/2020	SEC. GOVERNO



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

		LS2		
<b>RMS3D50</b>	93YMAFEXAMJ754540	RENAULT/MASTER L1H1 MNPA	2020/2021	SAÚDE
<b>RMX3E09</b>	9BD1196GDM1159705	FIAT/DOBLO ESSENCE 7L E	2021/2021	SEC. EDUCAÇÃO
<b>RMX3E11</b>	3C6EFVEK2ME520572	I/FIAT DUCATO ENGESIGMIC	2020/2021	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>RNA5C34</b>	9882261CBMKD94852	FIAT/TORO ENDURANCE AT6	2021/2021	GABINETE

**2.1.1 Dados dos Veículos Pesados:**

<b>PLACA</b>	<b>CHASSI</b>	<b>MODELO</b>	<b>ANO FAB/MOD</b>	<b>SECRETARIA</b>
<b>BXA7128</b>	9BM384098NB948474	M.B/M.BENZ OF 1315	1992/1992	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>CPG8238</b>	93PB02A2MXC000665	MARCOPOLO/VOLARE LOTACAO	1999/1999	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>CZX4786</b>	9BWFD52R84R400189	VW/8150NEOBUS THUNDERBOY	2003/2004	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>GQU8102</b>	8AB384079SA111598	IMP/M.BENZ OF 1620	1995/1995	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>GXA5407</b>	9BWVTDR2X1R105978	VOLKS/BUSSCAR MICRUSS D	2001/2001	SAÚDE
<b>HMM8041</b>	9BWNE72S32R204830	VW/15.180	2002/2002	OBRAS
<b>HMN4659</b>	9BWBE72S96R604643	VW/13.180	2005/2006	OBRAS
<b>HMN6869</b>	93PB12E3P7C021871	MARCOPOLO/VOLARE W8 ON	2007/2007	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>NXX1346</b>	93ZL68C01D8442553	IVECO/CITYCLASS 70C17	2012/2013	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>OQM9802</b>	9BM693185DB931660	M.BENZ/ATRON 1719 K	2013/2013	OBRAS
<b>OQM9814</b>	93ZA1RGH0E8925000	IVECO/TECTOR 170E22	2013/2014	OBRAS
<b>ORC9897</b>	9BYC52A1AEC000938	AGRALE/ MASCA GRANMICROSO	2014/2014	SAÚDE
<b>OWX2322</b>	9532E82W0ER406952	VW/15.190 EOD E. HD	2013/2014	TRANSPORTE



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

		ORE		ESCOLAR
<b>OXH3552</b>	93PB58M1MEC050394	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2013/2014	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>OXH3553</b>	93PB58M1MEC050371	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2013/2014	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>OXH3554</b>	95365826XER416700	VW/26.280 CRM 6X4	2013/2014	OBRAS
<b>PYQ0283</b>	93ZA01RF0H8930434	IVECO/TECTOR 170E21	2016/2017	OBRAS
<b>PZE2757</b>	93ZA01LF0H8930794	IVECO/GRANCLASS 150S21E	2016/2017	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>QOQ6573</b>	93ZL72C01K8481313	IVECO/WAYCLASS 70C17HDE	2018/2019	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>QOR3873</b>	93ZL72C01K8481310	IVECO/WAYCLASS 70C17HDE	2018/2019	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>RVC7G16</b>	9532E82W7PR023674	ONIBUS/VW/NEOBUS 15-190	2022/2023	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>RVA1F18</b>	9532E82W8PR023389	ONIBUS/VW/NEOBUS 15-190	2022/2023	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>RVC7G69</b>	9532E85W8PR023182	ONIBUS/VW/NEOBUS 15-190	2022/2023	TRANSPORTE ESCOLAR

**2.2 Cobertura de Veículos leves:**

<b>Básica – Colisão / Incêndio / Roubo / Furto / Fenôme-nos da Natureza</b>	100% do valor Tabela <b>Fipe</b>
<b>RCFV – Danos Materiais</b>	R\$ 100.000,00
<b>RCFV – Danos Corporais</b>	R\$ 100.000,00
<b>RCFV – Objetos transportados pelo veículo</b>	Conf. Cond. Gerais
<b>Acid. Pes. por Ocupantes – Morte Acidental</b>	R\$ 50.000,00
<b>Acid. Pes. por Ocupantes – Invalidez Permanente</b>	R\$ 50.000,00
<b>Assistência AutoMais</b>	Conf. Cond. Gerais
<b>Extensão de reboque limitado</b>	Conf. Cond. Gerais
<b>Vidros Top Plus</b>	Conf. Cond. Gerais
<b>Cobertura de reboque</b>	Mínimo de 500 Km



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

**FRANQUIAS**

Tipo de Franquia	Conf. Tabela
Casco Dedutível	Máximo <b>5%</b> do valor do veículo na <b>tabela Fipe</b> .
Faróis	Isento
Lanterna	Isento
Retrovisor	Isento
Para - Brisa / Traseiro	Isento
Reposição de quebra para - choque	Isento
Vidros Laterais	Isento

**2.2.1 Coberturas dos Veículos Pesados:**

Básica – Colisão / Incêndio / Roubo / Furto / Fenôme-nos da Natureza	100% do <b>valor determinado na tabela</b> abaixo
RCFV – Danos Materiais	R\$ 100.000,00
RCFV – Danos Corporais	R\$ 100.000,00
RCFV – Objetos transportados pelo veículo	Conf. Cond. Gerais
Acid. Pes. por Ocupantes - Morte Acidental	R\$ 50.000,00
Acid. Pes. por Ocupantes - Invalidez Permanente	R\$ 50.000,00
Assistência AutoMais	Conf. Cond. Gerais
Extensão de reboque limitado	Conf. Cond. Gerais
Vidros Top Plus	Conf. Cond. Gerais
Cobertura de reboque	Mínimo de 200 Km

**FRANQUIAS**

Tipo de Franquia	CONF. TABELA VALOR DETERMINADO
Casco Dedutível	Máximo 5% do valor das indenizações
Faróis	Isento
Lanterna	Isento
Retrovisor	Isento
Para - Brisa / Traseiro	Isento
Reposição de quebra de para - choque	Isento
Vidros laterais	Isento





**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

<b>PLACA</b>	<b>CHASSI</b>	<b>VEÍCULO</b>	<b>ANO</b>	<b>VALOR DETERMINADO</b>
BXA7128	9BM384098NB948474	M.B/M.BENZ OF 1315	1992/1992	<b>R\$ 25.000,00</b>
CPG8238	93PB02A2MXC000665	MARCOPOLO/VOLARE LOTACAO	1999/1999	<b>R\$ 55.000,00</b>
CZX4786	9BWFD52R84R400189	VW/8150 NEOBUS THUNDERBOY	2003/2004	<b>R\$ 60.000,00</b>
GQU8102	8AB384079SA111598	IMP/M.BENZ OF 1620	1995/1995	<b>R\$ 33.000,00</b>
GXA5407	9BWVTDR2X1R105978	VOLKS/BUSSCAR MICRUSS D	2001/2001	<b>R\$ 35.000,00</b>
HMM8041	9BWNE72S32R204830	VW/15.180	2002/2002	<b>R\$ 90.000,00</b>
HMN4659	9BWBE72S96R604643	VW/13.180	2005/2006	<b>R\$ 91.000,00</b>
HMN6869	93PB12E3P7C021871	MARCOPOLO/VOLARE W8 ON	2007/2007	<b>R\$ 80.000,00</b>
NXX1346	93ZL68C01D8442553	IVECO/CITYCLASS 70C17	2012/2013	<b>R\$ 93.000,00</b>
OQM9802	9BM693185DB931660	M.BENZ/ATRON 1719 K	2013/2013	<b>R\$ 190.000,00</b>
OQM9814	93ZA1RGH0E8925000	IVECO/TECTOR 170E22	2013/2014	<b>R\$ 140.000,00</b>
ORC9897	9BYC52A1AEC000938	AGRALE/ MASCA GRANMICROSO	2014/2014	<b>R\$ 189.000,00</b>
OWX2322	9532E82W0ER406952	VW/15.190 EOD E. HD ORE	2013/2014	<b>R\$ 162.000,00</b>
OXH3552	93PB58M1MEC050394	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2013/2014	<b>R\$ 145.000,00</b>
OXH3553	93PB58M1MEC050371	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2013/2014	<b>R\$ 145.000,00</b>
OXH3554	95365826XER416700	VW/26.280 CRM 6X4	2013/2014	<b>R\$ 260.000,00</b>
PYQ0283	93ZA01RF0H8930434	IVECO/TECTOR 170E21	2016/2017	<b>R\$ 155.000,00</b>
PZE2757	93ZA01LF0H8930794	IVECO/GRANCLASS 150S21E	2016/2017	<b>R\$ 172.000,00</b>
QOQ6573	93ZL72C01K8481313	IVECO/WAYCLASS 70C17HDE	2018/2019	<b>R\$ 120.000,00</b>
QOR3873	93ZL72C01K8481310	IVECO/WAYCLASS 70C17HDE	2018/2019	<b>R\$ 120.000,00</b>
RVC7G16	9532E82W7PR023674	ONIBUS/VW/NEOBUS	2022/2023	<b>R\$ 317.900,00</b>



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

		15-190		
RVA1F18	9532E82W8PR023389	ONIBUS/VW/NEOBUS 15-190	2022/2023	<b>R\$ 317.900,00</b>
RVC7G69	9532E85W8PR023182	ONIBUS/VW/NEOBUS 15-190	2022/2023	<b>R\$ 317.900,00</b>

**2.2.2.** Os valores das coberturas e serviços devem ser, no mínimo, os valores indicados na tabela correspondente.

**2.2.2.1.** A seguradora, em hipótese nenhuma, poderá solicitar pagamentos a terceiros, mesmo que credenciados, de qualquer valor para a realização de serviços ou reparos.

**3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

Tendo em vista que os veículos ficarão em constante deslocamento para efetuar o transporte de servidores, materiais e equipamentos para realização das atividades desta secretaria, tanto dentro da área do município, como, às vezes para outros municípios, é imprescindível a necessidade de cobertura de seguro para o mesmo, dando mais segurança ao atendimento e locomoção dos servidores que trabalham com estes veículos.

É imprescindível que o seguro contratado seja **isento de franquias, para reparo dos itens mencionados, exceto casco**, já que nesta modalidade o contratante não precisa desembolsar nenhum valor em caso de sinistro tornando, assim, o processo de reparo menos moroso para a Prefeitura de Nova União, já que a necessidade de solicitar e conferir as documentações referente às empresas prestadoras do serviço de reparo sempre que ocorre um sinistro, requer um tempo excessivo e um grande transtorno ao município, demandando despesas diretas e indiretas ao mesmo.

**3.1. Da escolha da Modalidade Pregão:**

Considerando o disposto na Lei Federal n.º 10.520/2002, fora adotada a licitação na modalidade Pregão Presencial ou Eletrônico, pois a mesma traz maior celeridade para aquisição de bens e serviços para a Administração Pública Municipal, haja vista que somente a documentação do participante detentor da melhor proposta válida é analisada, reduzindo drasticamente os prazos legais previstos para outras modalidades de licitação.

O parágrafo único, do art. 1º, da Lei n.º 10.520/2002, traduz bens e serviços comuns como *“aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”*. Destarte, bens e serviços comuns são aqueles que podem ser



# MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### CNPJ: 18.302.307/0001-02

descritos no edital (seus padrões de qualidade e desempenho) e que tenham a possibilidade de serem substituídos uns por outros com o mesmo padrão de qualidade.

#### 4. FORMA, PRAZO E LOCAL:

**4.1.** O Prazo de vigência das apólices de seguro será de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) dias, iniciando à zero hora do dia da data da emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogada em conformidade com a Lei n.º 8.666/1993.

**4.2.** A franquia considerada será **obrigatoriamente** do tipo **Mencionado neste Termo de Referência**, devendo ser observados os seguintes itens:

**4.2.1. Em todas as propostas deverão constar o valor da franquia por veículo;**

**4.2.2.** O município de Nova União não pagará nenhum valor além daquele inerente ao seguro contratado em uma única parcela e quando for o caso as coparticipações conforme tabela neste termo de referência. Todos os demais serviços e coberturas devem ser inteiramente isentos de cobranças pela seguradora contratada ou por terceiros que realizarão os serviços em nome da contratada.

**4.2.3.** O município de Nova União não pagará nenhum valor a terceiros ou contratados. Sendo assim, todos os custos envolvidos só serão pagos ao promitente fornecedor que contar em contrato com o município de Nova União mediante a apresentação da nota fiscal.

**4.3.** O promitente fornecedor deverá entregar a apólice de seguro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento pelo promitente fornecedor da Nota de Empenho.

#### 5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**5.1** Certificado de regularidade perante a Superintendência de Seguros Privados –SUSEP.

#### 6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

**6.1.** Obrigações do Promitente Fornecedor:

**6.1.1.** O promitente fornecedor deverá entregar a apólice de seguro na Secretaria Municipal de Administração Pública, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

**6.1.2.** O promitente fornecedor deverá apresentar a apólice com dados compatíveis com as cláusulas desse edital e em consonância com as regulamentações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**6.1.3.** O promitente fornecedor deverá disponibilizar o serviço de assistência de 24 (vinte e quatro) horas para o veículo segurado, com cobertura para remoção do veículo, compreendendo serviços de reboque, guincho ou outro tipo de remoção com no mínimo 500 (quinhentos) km de distância da sede.

**6.1.4.** O promitente fornecedor permanecerá como única e total responsável perante o promitente comprador, pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela



# **MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **CNPJ: 18.302.307/0001-02**

qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização de vida.

**6.1.5.** O promitente fornecedor deverá providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, assim que for comunicada pelo promitente comprador.

**6.1.6.** O promitente fornecedor é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**6.1.7.** O promitente fornecedor deverá manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital.

**6.1.8.** Prazo de 12 (doze) horas para atendimento de solicitação do serviço de guincho/reboque.

**6.1.9.** Prazo de 24 (vinte e quatro) horas para encaminhamento do veículo para uma oficina credenciada juntamente da seguradora, e prestar esclarecimentos referente ao sinistro.

**6.1.10.** Manter atualizado e acessível os dados do andamento da manutenção do veículo, através de site, aplicativo ou telefone.

**6.1.11.** Prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para a entrega do veículo sinistrado reparado.

**6.2.** Obrigações do Promitente Comprador:

**6.2.1.** Assegurar à contratada o pronto pagamento de prêmio seguro.

**6.2.2.** Permitir e facilitar a vistoria do veículo pertencente ao promitente comprador.

**6.2.3.** Informar ao promitente fornecedor, qualquer alteração na frota de veículos.

**6.2.4.** Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias para a cobertura do seguro objeto deste Termo de Referência.

**6.2.5.** A Secretaria Municipal de Transportes e Indústrias será responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, e deverá informar ao preposto do promitente fornecedor, toda e qualquer irregularidade encontrada na execução de serviços.

**6.2.6.** Ordenar ao promitente fornecedor que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.

**6.2.7.** Acompanhar e aprovar os serviços executados.

## **7. SANÇÕES APLICÁVEIS:**

**7.1.** O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no art. 7º, da Lei Federal n.º 10.520/2002 ao contratado.

## **8. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:**

### **8.1. TIPO DE LICITAÇÃO**

a) Menor preço.



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

**9. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:**

**9.1.** O pagamento será efetuado, em parcela única, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a critério do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo da apólice ou apresentação de declaração de que o veículo se encontra segurado no período de 12 (doze) meses, devidamente conferidas e aprovadas pelo promitente comprador.

**9.1.1.** O pagamento da Apólice de Seguro fica vinculado a prévia conferência pelo fiscal de contrato.

**9.1.2.** A Apólice de Seguro ou documentos que a acompanhem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidas ao promitente fornecedor e o prazo para pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo promitente comprador

**9.1.3.** Junto às Apólices de Seguro, deverão vir os dados bancários completos do promitente fornecedor sob pena de não realização do pagamento até as informações dos mesmos, de obrigação do promitente fornecedor.

**9.2.** Para que os pagamentos possam ser efetuados, o promitente fornecedor deverá apresentar junto com a Nota Fiscal a seguinte documentação:

I. Documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista.

**9.3.** Sobre o valor devido ao promitente fornecedor, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

**9.4.** É vedado, ao promitente fornecedor, transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

**10. PRAZO DE VIGÊNCIA:**

**10.1.** O contrato ou instrumento oriundo deste credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II, da Lei n.º 8666/93, bem como podendo ser alterado e incluídas novas coberturas nos mesmos termos desta contratação a critério do contratante, desde que presentes as condições e preços mais vantajosos para a administração

**11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**11.1.** As despesas decorrentes desta licitação ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária e suas correspondentes do o exercício subsequente:

<b>DOTAÇÃO</b>	<b>FICHA</b>	<b>FONTES</b>
02.01.01.04.122.0002.2007.3.3.90.39.00	72	1.500.000.0000
02.02.01.04.122.0003.2010.3.3.90.39.00	102	1.500.000.0000



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

02.03.01.15.122.0021.2031.3.3.90.39.00	165	1.500.000.0000
02.04.01.12.122.0005.2042.3.3.90.39.00	240	1.500.000.1001
02.04.01.12.361.0006.2047.3.3.90.39.00	275	1.500.000.1001
02.05.01.10.122.0026.2056.3.3.90.39.00	344	1.500.000.1002
02.05.02.10.304.0030.2074.3.3.90.39.00	417	1.500.000.1002
02.06.01.20.122.0004.2078.3.3.90.39.00	442	1.500.000.0000
02.08.01.08.243.0014.2085.3.3.90.39.00	477	1.500.000.0000
02.08.02.08.241.0014.2095.3.3.90.39.00	533	1.500.000.0000
02.10.01.04.122.0003.2114.3.3.90.39.00	652	1.500.000.0000

**12. PLANILHA DE PREÇO MÁXIMO**

**12.1** os preços máximos que a administração se propõe a pagar pela presente licitação serão os seguintes:

Item	Placa	Veículo	Ano/Modelo	Qtde	Und	Valor Unitário	Total
01	GMF-1341	TOYOTA/BAND. 8J55LP 28L	1996/1996	01	Un.	1.703,43	1.703,43
02	GMF-8086	FIAT/PALIO FIRE	2015/2016	01	Un.	1.293,79	1.293,79
03	GMF-8140	FIAT/PALIO FIRE	2015/2016	01	Un.	1.293,79	1.293,79
04	RTN-5H51	FIAT/ARGO	2021/2022	01	Un.	1.706,59	1.706,59
05	HLF-4956	VW/GOL 1.0	2010/2011	01	Un.	1.081,72	1.081,72
06	HMG-8654	I/M. BENZ313CDI SPRINTER M	2006/2007	01	Un.	1.887,61	1.887,61
07	HMH-6897	FIAT/DOBLO RONTAN AMB2	2009/2009	01	Un.	1.542,12	1.542,12
08	RTY-2I98	FIAT/ARGO	2022/2022	01	Un.	1.706,59	1.706,59
09	HEP-9625	MOTOCICLETA XTZ	2007/2008	01	Un.	1.003,02	1.003,02
10	HMG-9544	MOTOCICLETA XTZ	2007/2008	01	Un.	1.003,20	1.003,20
11	HMN-4811	FORD/ECOSPORT XLS 1.6 FLEX	2006/2006	01	Un.	1.050,06	1.050,06
12	HMN-7D08	FIAT/DUCATO COMBINATO	2007/2008	01	Un.	1.906,81	1.906,81





**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

13	HMN-9239	VW/KOMBI ESCOLAR	2008/2009	01	Un.	1.607,91	1.607,91
14	KVX-5J77	M.BENZ/INDUSCAR APACHE U	2012/2012	01	Un.	2.408,11	2.408,11
15	KWB-6A26	M.BENZ/INDUSCAR APACHE U	2012/2012	01	Un.	2.408,11	2.408,11
16	OOY-3C44	FIAT/UNO MILLE ECONOMY	2012/2013	01	Un.	1.101,56	1.101,56
17	OQC-7801	VW/KOMBI	2013/2014	01	Un.	1.951,82	1.951,82
18	ORC-8023	RENAULT/SANDERO AUT1016V	2013/2014	01	Un.	1.264,12	1.264,12
19	ORC-9276	RENAULT/SANDERO AUT1016V	2014/2014	01	Un.	1.264,12	1.264,12
20	PUL-5389	FIAT/DOBLO CAA CIRILO AMB	2014/2014	01	Un.	4.434,01	4.434,01
21	PUS-8020	FIAT/STRADA WORKING	2014/2015	01	Un.	1.659,61	1.659,61
22	PVM-8801	RENAULT/MASTER EUR ESCL2	2014/2015	01	Un.	2.914,01	2.914,01
23	PVY-4361	FIAT/STRADA WORKIN CD	2015/2015	01	Un.	1.670,23	1.670,23
24	OPQ-8518	NISSAN FRONTIER	2013/2014	01	Un.	2.516,51	2.516,51
25	PYK-7644	FIAT/MOBI EASY ON	2016/2017	01	Un.	1.425,95	1.425,95
26	PYL-8395	FIAT-WEEKEND ADVENTURE	2016/2016	01	Un.	1.535,03	1.535,03
27	PZO-1692	FIAT-DOBLO GREENCAR MO4	2016/2016	01	Un.	2.007,89	2.007,89
28	QNQ-0528	MPOLO/VOLARE CINCO ESM	2017/2018	01	Un.	3.787,74	3.787,74
29	QNY-1618	I/M.BENZ 415CDI UNIVIDA A	2017/2018	01	Un.	3.299,33	3.299,33
30	QOI-9648	FIAT/STRADA HD CD E	2018/2018	01	Un.	1.806,07	1.806,07
31	RFA-3G04	CHEVROLET/MONTANA LS2	2020/2020	01	Un.	1.936,93	1.936,93
32	RMS-3D50	RENAULT/MASTER L1H1 MNPA	2020/2021	01	Un.	8.311,65	8.311,65
33	RMX-3E09	FIAT/DOBLO ESSENCE	2021/2021	01	Un.	2.012,09	2.012,09



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

		7L E					
34	RMX-3E11	I/FIAT DUCATO ENGESIGMIC	2020/2021	01	Un.	4.173,44	4.173,44
35	RNA-5C34	FIAT/TORO ENDURANCE AT6	2021/2021	01	Un.	2.969,37	2.969,37

36	BXA-7128	M.B/M.BENZ OF 1315	1992/1992	01	Un.	2.203,32	2.203,32
37	CPG-8238	MARCOPOLO/VOLARE LOTACAO	1999/1999	01	Un.	1.740,65	1.740,65
38	CZX-4786	VW/8150NEOBUS THUNDERBOY	2003/2004	01	Un.	2.766,36	2.766,36
39	GQU-8102	IMP/M.BENZ OF 1620	1995/1995	01	Un.	2.266,96	2.266,96
40	GXA-5407	VOLKS/BUSSCAR MICRUSS D	2001/2001	01	Un.	2.372,86	2.372,86
41	HMM-8041	VW/15.180	2002/2002	01	Un.	2.271,72	2.271,72
42	HMN-4659	VW/13.180	2005/2006	01	Un.	3.106,54	3.106,54
43	HMN-6869	MARCOPOLO/VOLARE W8 ON	2007/2007	01	Un.	2.631,09	2.631,09
44	NXX-1346	IVECO/CITYCLASS 70C17	2012/2013	01	Un.	2.799,69	2.799,69
45	OQM-9802	M.BENZ/ATRON 1719 K	2013/2013	01	Un.	4.176,42	4.176,42
46	OQM-9814	IVECO/TECTOR 170E22	2013/2014	01	Un.	3.694,80	3.694,80
47	ORC-9897	AGRALE/ MASCA GRANMICROSO	2014/2014	01	Un.	4.256,48	4.256,48
48	OWX-2322	VW/15.190 EOD E. HD ORE	2013/2014	01	Un.	2.914,72	2.914,72
49	OXH-3552	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2013/2014	01	Un.	3.086,12	3.086,12
50	OXH-3553	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2013/2014	01	Un.	3.086,12	3.086,12
51	OXH-3554	VW/26.280 CRM 6X4	2013/2014	01	Un.	5.233,36	5.233,36
52	PYQ-0283	IVECO/TECTOR 170E21	2016/2017	01	Un.	3.611,05	3.611,05
53	PZE-2757	IVECO/GRANCLASS 150S21E	2016/2017	01	Un.	4.900,71	4.900,71
54	QQQ-6573	IVECO/WAYCLASS 70C17HDE	2018/2019	01	Un.	4.656,39	4.656,39



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

<b>55</b>	QOR-3873	IVECO/WAYCLASS 70C17HDE	2018/2019	01	Un.	4.656,39	4.656,39
<b>56</b>	RVA-1F18	VW/NEOBUS 15-190	2022/2023	01	Un.	4.119,00	4.119,00
<b>57</b>	RVC-7G16	VW/NEOBUS 15-190	2022/2023	01	Un.	4.119,00	4.119,00
<b>58</b>	RVC-7G69	VW/NEOBUS 15.190	2022/2023	01	Un.	4.119,00	4.119,00

Valor total estimado: **R\$ 154.432,91 (Cento e cinquenta e quatro mil, cento e quatrocentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos).**

**Dehon de Oliveira Borges**

Secretário Municipal de Transportes e Indústria



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

**ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2023**  
**PROCESSO N.º 002/2023**

**TERMO DE CONTRATO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI**  
**O MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO-MG E A EMPRESA**

.....

A Prefeitura Municipal de Nova União, com sede à Rua Presidente Kennedy, 29, Centro, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 18.302.307/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **AILTON ANTÔNIO GUIMARÃES ROSA** tendo em vista o que consta no Processo nº 002/2023 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 002/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Contratação de empresa especializada em **Seguros de Veículos Leves** na modalidade **Valor de Mercado Referenciado (VMR) com Franquia** e **Seguros de Veículos Pesados** na modalidade **Valor Determinado (VD) com Franquia, conforme Termo de Referência**, para segurar a frota da Prefeitura de Nova União, com cobertura contra danos materiais, pessoais e a terceiros, resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, fenômenos da natureza ou quaisquer outros meios provenientes, com prestação de assistência 24 (vinte e quatro) horas.

Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.1 Discriminação do objeto:**

Item	Placa	Veículo	Ano/Modelo	Qtde	Und	Valor Unitário	Total

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/202\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/202\_\_, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, bem como podendo ser alterado e incluídas novas coberturas a critério do contratante, desde que presentes as condições e preços mais vantajosos para a administração.



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023 na classificação abaixo:

DOTAÇÃO	FICHA	FONTE
02.01.01.04.122.0002.2007.3.3.90.39.00	72	1.500.000.0000
02.02.01.04.122.0003.2010.3.3.90.39.00	102	1.500.000.0000
02.03.01.15.122.0021.2031.3.3.90.39.00	165	1.500.000.0000
02.04.01.12.122.0005.2042.3.3.90.39.00	240	1.500.000.1001
02.04.01.12.361.0006.2047.3.3.90.39.00	275	1.500.000.1001
02.05.01.10.122.0026.2056.3.3.90.39.00	344	1.500.000.1002
02.05.02.10.304.0030.2074.3.3.90.39.00	417	1.500.000.1002
02.06.01.20.122.0004.2078.3.3.90.39.00	442	1.500.000.0000
02.08.01.08.243.0014.2085.3.3.90.39.00	477	1.500.000.0000
02.08.02.08.241.0014.2095.3.3.90.39.00	533	1.500.000.0000
02.10.01.04.122.0003.2114.3.3.90.39.00	652	1.500.000.0000

**5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

**6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no item 16 do edital.



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

**9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO**

9.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

10.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital e no item 20 do edital.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.2 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.3 Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.5 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.7 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;





# **MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **CNPJ: 18.302.307/0001-02**

12.9 Indenizações e multas.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

13.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.3 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.4 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.**

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.302.307/0001-02**

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1 É eleito o Foro da Comarca de Caeté para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Nova União, ..... de..... de 2023.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA